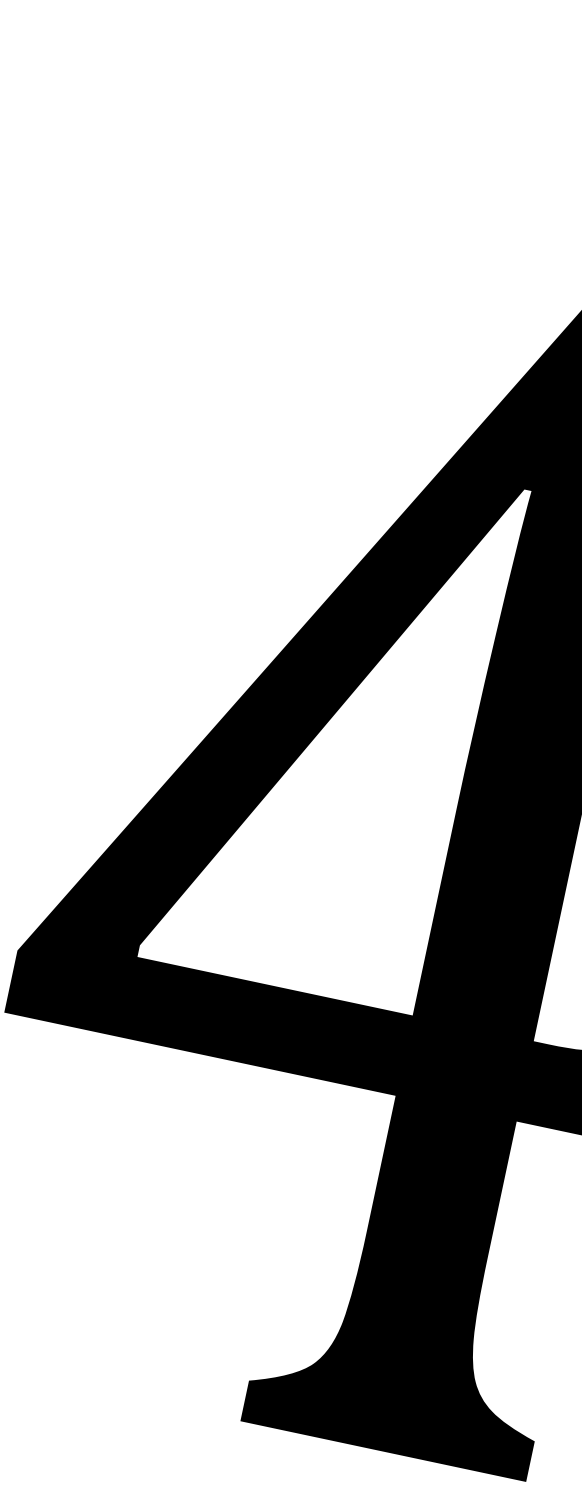


O PSD mineiro na encruzilhada do golpe de 1964

The PSD from Minas Gerais and the 1964 coup d'état

DOI: https://doi.org/10.29327/264759.23.39-4

Bernardo R. Carvalho[1]

Resumo: A historiografia do golpe de 1964, ainda que continuamente em expansão, dedicou pouca atenção ao papel dos partidos políticos nos processos de desestabilização política, agravamento da crise e instauração da ditadura. Para suprir essa lacuna, procuramos contribuir com um estudo sobre o comportamento da seção mineira do Partido Social Democrático (PSD) na Assembleia de Minas, onde alguns de seus principais quadros se envolveram diretamente nas conspirações contra o presidente João Goulart, mas cujo principal objetivo era viabilizar o retorno, por via eleitoral, do ex-presidente Juscelino Kubitscheck. Apesar de terem cumprido o papel deles esperado pelos militares na ocasião do golpe, em 1964, os políticos do PSD mineiro viram-se derrotados em 1965, quando o partido foi extinto pela ditadura no âmbito do Ato Institucional nº 2.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Partido Social Democrático (1945-1965). Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Ditadura militar.

Abstract: *The historiography on the 1964 military coup, despite continuously expanding, has been dedicating little attention to the role of the political parties in the process of political destabilization, escalation of the crisis and establishment of the dictatorship. In order to fill in this gap, we seek to contribute with a study on the behavior of the Minas Gerais section of the Social Democratic Party (PDS)*

1 Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com graduação na mesma área pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Contato: bernardorc@ufmg.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9111592378154297.

at the state Assembly, where some of its major figures were directly involved in the conspiracies against president João Goulart, but with the main goal of furthering the return, by electoral means, of former president and PSD member Juscelino Kubitscheck. Despite complying with the military, as expected by them, the politicians of the Minas Gerais' PSD saw themselves defeated by the dictatorship, as the party went extinct by the Second Institutional Act in 1965.

Keywords: *1964 Coup d'état. Social Democratic Party (1945-1965). Minas Gerais Legislative Assembly (ALMG). Brazilian military dictatorship.*

1 – Introdução

As elites políticas históricas de Minas Gerais lograram, ao longo do século XX, consolidar patamares notáveis de coesão interna e de influência nacional, apesar do quadro de atraso econômico, observado sobretudo em relação ao estado vizinho de São Paulo, que se estabeleceu precoce e rapidamente como centro dinâmico da economia brasileira desde o final do século anterior. Essas características, de coesão interna e influência nacional, estão sintetizadas no título – em sua edição brasileira – de uma obra importante sobre a história política do Estado: *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1937*, do brasilianista John Wirth. Apesar dos acirrados enfrentamentos políticos locais, por vezes violentos e até fratricidas entre as elites, foi possível manter um arranjo duradouro de gravitação em torno do Palácio da Liberdade, então sede do governo do Estado, e assim assegurar, em conjunto, considerável projeção e autoridade na vida política nacional, onde a atuação dos políticos mineiros esteve envolvida tanto no desencadeamento como na resolução de graves crises políticas.

Ao nos voltarmos para a democratização do pós-Segunda Guerra e a arquitetura de um novo sistema político-partidário, com seu viés liberal-democrático, é tentador, portanto, qualificar como "natural" a predominância dos mineiros no Partido Social Democrático (PSD), o partido de centro por excelência, que foi também, pelo menos em muitos momentos, um "fiel da balança". Em pouco tempo os pessedistas arregimentaram lideranças

Brasil adentro, tornando-se logo o maior partido nacional, tanto em número de filiados como de políticos eleitos. Depois do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, manteve-se coerente, *em linhas gerais*, com o pensamento nacional-desenvolvimentista das duas décadas anteriores, especialmente, é claro, durante o governo do presidente Juscelino Kubitscheck (1956-1961). No entanto, o PSD "não tinha nada de dogmático", como sugere Plínio de Abreu Ramos (1993, p. 26), que em síntese, explica que o partido "entendia que, em política, não devem existir ressentimentos incontornáveis nem rupturas definitivas. Dentro desse pragmatismo, ele sobrevivia serenamente". E assim foi, até o último compromisso do PSD: com o golpe de 1964. A opção de transigir com os conspiradores militares submeteu o partido ao rompimento da ordem constitucional até então por ele integrada organicamente, quando, um ano e meio depois do golpe, com o Ato Institucional nº 2,[2] o partido foi extinto junto com o sistema político-partidário da Constituição de 1946.

No presente artigo, pretendemos contribuir com um estudo sobre o comportamento do PSD, particularmente o de sua vertente mineira, nesses últimos momentos de vigência daquele sistema partidário, cujo encerramento é um marco de instauração da ditadura.[3] Para tanto, a pesquisa empírica foi realizada, sobretudo, por meio da leitura dos "Diários da Assembleia", a seção dedicada ao Poder Legislativo do Estado no *Minas Gerais*, uma publicação da Imprensa Oficial, que, em três ou quatro edições por semana, registrava um balanço consideravelmente abrangente dos eventos relativos ao poder público mineiro. Os "Diários" se mostraram como uma fonte primária de riqueza notável, uma vez que agrupavam, além dos pronunciamentos dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, os projetos de lei apresentados, os artigos e as matérias

2 "Art. 18 – Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros" (BRASIL, 27 out. 1965).

3 Este artigo resulta da adaptação de partes dos capítulos 2 e 3 da minha dissertação de mestrado, intitulada *Partidos políticos, representação parlamentar e o Golpe de 1964 na Assembleia de Minas*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

coletados da imprensa, também pelos próprios deputados, e recortes de outros pronunciamentos e manifestações de várias personalidades públicas de alcance nacional. A análise começa, então, no próprio momento do golpe, em abril de 1964, e prossegue, numa segunda parte, referente à edição do AI-2, em outubro de 1965.

2 – O PSD no "bloco monolítico" da conspiração

O primeiro ato institucional da ditadura militar, outorgado em 9 de abril pelo autodenominado Comando Supremo da Revolução, cassou os mandatos de dezenas de representantes políticos eleitos e transformou o Congresso Nacional em um colégio eleitoral, que elegeu dentro de dois dias o então general Humberto Castelo Branco à presidência. Na Assembleia de Minas, foram prontamente aprovados requerimentos de congratulações ao Congresso, ao general e ao vice-presidente, eleito separadamente, o deputado federal pelo PSD mineiro José Maria Alkmin, que ocupava, ainda, o cargo de secretário da Fazenda do governo de Minas (e, alegadamente por essa razão, não esteve presente no Congresso na sessão em que foi eleito).[4] No Parlamento mineiro, em sessão no dia 13, o pessedista Manoel Costa celebrou o desfecho da eleição indireta: "felizmente, a providência Divina olhou pela nossa pátria e as forças da democracia se uniram como um só bloco monolítico e se aglutinaram para a defesa de um regime que se extinguia". O vice-presidente Alkmin foi referido por seu correligionário como "o nome ilustre de um mineiro de tradição", que não seria "um homem de legenda partidária, mas que é um homem do Estado e do País", e que "na primeira hora, esteve ao lado da revolução que ainda não inspirava a certeza da vitória". Manoel Costa lembrou, então, que José Maria Alkmin havia assumido a Secretaria da Fazenda do governo de Minas justamente "para ser o elemento de coordenação e de ligação das forças políticas do nosso estado", e que na ocasião de sua posse no cargo, agradecendo ao governador por sua prova de confiança, o secretário recém-investido havia

4 Cf.: Estados Unidos do Brasil, 12 abr. 1964.

afirmado que com "'Magalhães Pinto, Minas Gerais ainda uma vez vai dar prova ao Brasil de que não quer ser a primeira, mas não será a última a levantar-se para a defesa da democracia e da liberdade em nossa pátria'" (DIÁRIO..., 1964c, p. 3).

Na sessão do Congresso em que foi eleito o novo presidente, um dos votos mais celebrados foi o do então senador pelo estado de Goiás, Juscelino Kubitschek, que, ao pronunciar o nome de Castelo Branco como seu candidato, teria provocado uma reação que quebrou o protocolo da Casa, tamanha a celebração da maioria dos presentes. Mas o voto do presidenciável, cuja candidatura já havia sido lançada pelo PSD, contrastou com o de outro pessedista mineiro, o deputado federal Tancredo Neves,[5] que assim justificou sua decisão de abster-se de votar:

> Abstivemo-nos de contribuir com o nosso voto para eleição de Presidente e Vice-Presidente da República. Nossa posição de Líder da Maioria na Câmara dos Deputados, no Governo deposto, impede-nos moralmente de atrelarmo-nos ao carro dos vencedores. É inegável, além do mais, que nesta hora, falta ao Congresso, mutilado na sua integridade e ameaçado na sua soberania, a indispensável independência para cumprir o seu dever constitucional. Não vai, porém, na nossa atitude qualquer restrição de ordem pessoal ao eminente General Humberto Castelo Branco, a quem de muito tempo admiramos nas suas preclaras virtudes de militar e cidadão, que o credenciam a exercer a Suprema Magistratura do Brasil com clarividência, energia, probidade e justiça, atributos marcantes de sua nobre personalidade. Pelas mesmas razões deixamos de sufragar o nome do ilustre Deputado José Maria Alkmin para Vice-Presidente da República (DIÁRIO..., 1964g, p. 121).

A posição de Tancredo, de referir-se às cassações do ato institucional em tom de denúncia, não teve correspondência no Legislativo mineiro, onde a bancada pessedista aderiu integralmente à cantilena da "revolução". Ao contrário do então

5 "[...] prossegue a oposição Alkmin x Tancredo, pelo controle do PSD mineiro. Se Tancredo se alinha ao lado de Goulart, Alkmin lidera a bancada na oposição ao governo, chegando mesmo a aliar-se à conspiração que depõe João Goulart em março de 1964" (HIPPOLITO, 2012, p. 264, nota 367).

deputado federal, em reunião ordinária da Assembleia de Minas, no dia 7 de abril, o deputado Orlando Andrade, demonstrando sua inquietação sobre o momento vivido pelo País – "quando os vermelhos quase se apoderaram do poder público no Brasil" – apresentou um requerimento, assinado por outros dez pessedistas, em que indicava "a necessidade de cassarem os mandatos de senadores, deputados e vereadores comunistas vinculados às diversas legendas partidárias", em um apelo que seria dirigido aos respectivos órgãos de governo. O requerimento ainda demandava que fossem afastados todos os comunistas, que, segundo o deputado, pertenciam "aos serviços públicos, federal, estaduais e municipais, que participem [participavam] da direção de empresas ou ocupem cargos de relevo em qualquer atividade empresarial, sindical, classista e que lecionem em qualquer estabelecimento de ensino" (DIÁRIO..., 1964b, p. 2).

Outro pessedista, o deputado Delson Scarano, manifestou seu orgulho do fato de ter se desencadeado em Minas a movimentação que deu origem à derrubada de Jango, afirmando: "Tendo partido de Minas Gerais o primeiro grito de libertação de nossa Pátria, ao chamamento das montanhas, acorreram todos os brasileiros", e reiterou a versão oficial do golpe, ao explicar que "O Congresso Nacional [...] consagrou o nome do ilustre militar [Castelo Branco] como Presidente da República, *no exercício de suas atribuições constitucionais* e em nome do Povo Brasileiro" (DIÁRIO..., 1964c, p. 1, grifo nosso), em consonância com a narrativa do "Comando Supremo", que outorgou o AI-1 com a premissa de que da "revolução" se originaria a legitimidade do poder instituído pelos militares. Mas ainda assim, no mesmo pronunciamento o deputado cuidou em se colocar, com ares de serenidade, em um lugar de equilíbrio no espectro político; a respeito do pronunciamento de Castelo Branco na ocasião de sua posse na presidência, Delson Scarano afirmou com esperança: "S. Excia. há de colocar o nosso País nos seus devidos caminhos, não só desfazendo o comunismo ateu, mas, ao mesmo tempo, *evitando com* [sic] *que a direita reacionária* se insurja também contra os anseios de liberdade do povo" (DIÁRIO..., 1964d, p. 3, grifo nosso).

Essa inclinação centrista foi manifestada com frequência pelos deputados do PSD mineiro, facilmente relacionada como uma das qualidades características da "mineiridade". Observe-se, por exemplo, algumas das considerações do deputado pessedista Otelino Sol, em sessão ainda no dia 19 de março, quando defendia uma efetiva expansão dos serviços da Cemig[6] para as cidades da região Nordeste de Minas; argumentava o parlamentar, em relação à empresa pública, que "Justifica-se, em origem[,] uma feição empresarial extremada, no sentido de conseguir os meios à ampliação do seu programa energético", mas criticava o fato de que a Cemig viria assumindo "uma feição eminentemente capitalista, fugindo aos objetivos sociais que a energia elétrica tem para o conforto e melhoria de condições de vida do homem". Adiante, completava o argumento ao afirmar que a empresa, que já era de capital misto, vinha "servindo mais ao alto capitalismo, do Centro de Minas", do que às outras regiões do Estado, e notou que "das principais 27 clientes da CEMIG, [...] 16 são estrangeiras pela predominância do seu capital", não sendo justo, portanto, "que os contribuintes do Nordeste de Minas e outras regiões do Estado[,] distantes e pobres" se privassem dos serviços da companhia energética, "que deveria contribuir para o progresso de todas as regiões" de Minas (DIÁRIO..., 1964a, p. 4). A Cemig foi lembrada também pelo anteriormente citado deputado Delson Scarano, que junto com outros nove pessedistas apresentou requerimento para que fosse formulado um voto de congratulações com Castelo Branco pela nomeação de Mauro Thibau para o Ministério de Minas e Energia. O engenheiro era um dos diretores da Cemig e "um dos grandes artífices de sua grandeza", segundo o parlamentar, que afirmou ainda, ao celebrar a escolha: "O novo titular da Pasta das Minas e Energia é uma nova conquista de Minas nas altas esferas do Governo da República" (DIÁRIO..., 1964e, p. 3).

O exame da atuação da bancada do PSD na Assembleia de Minas demonstra também que os deputados do partido se valeram da retórica provinciana com maior entusiasmo naquela conjuntura crítica. Dentre essas manifestações, temos

6 Companhia Energética de Minas Gerais.

por exemplo o pronunciamento do arcebispo de Diamantina, D. Geraldo Sigaud, quando da comemoração da eleição de José Maria Alkmin à vice-presidência do País, no qual ressalta-se a conotação positiva atribuída a práticas conspiratórias e às articulações de gabinetes. O pronunciamento foi publicado no *Estado de Minas* e lido em plenário pelo deputado João Belo em reunião ordinária no dia 20 de abril. No discurso, o arcebispo deixa entrever o papel de Alkmin como um dos principais articuladores em Minas, não apenas do golpe, mas da subsequente ocupação do governo pelos integrantes do movimento, quando, ao agradecer a Alkmin por seu papel na "resistência à bolchevização do Brasil", expôs em seu relato: "V. Exa. passou a preparar a sublevação armada de Minas Gerais e do Brasil. *V. Exa. se fez conspirador*". Dom Sigaud referia-se à nomeação de Alkmin para a Secretaria Estadual da Fazenda, ocorrida poucos dias antes do golpe, e para explicar a mudança de atividade do homenageado justificou que o presidente Jango "passava à fase da anarquia organizada, para dali chegar à insurreição armada" (DIÁRIO..., 1964f, p. 4, grifo nosso), fato que daria ensejo à celeridade nas articulações "antibolchevizantes".

Tal como identificado por Otávio Dulci (1986, p. 199), José Maria Alkmin, junto com o também deputado federal Último de Carvalho, se sobressaíam no PSD como políticos que "mantinham discretas combinações com os militares da oposição [ao governo Jango]". Tanto Alkmin como Último de Carvalho, a propósito, figuram no livro *O PSD mineiro*, de Plínio Ramos (1993, p. 201), como tendo recebido recursos provenientes do Ibad[7] para a campanha eleitoral de 1962, quando se elegeram para a Câmara dos Deputados. Sem dúvidas, a eleição de Alkmin à vice-presidência animou as perspectivas do PSD dali em diante, expressando a permanente propensão do partido em direção à órbita do poder, pela qual ficou conhecido. Quanto aos deputados estaduais mineiros, ainda conforme Ramos (1993, p. 201), suspeita-se que o Ibad tenha provido recursos às campanhas de cinco pessedistas eleitos em 1962, que procuraram o instituto

7 Instituto Brasileiro de Ação Democrática, organização de direita, principal difusor do anticomunismo no período.

para pleitear o financiamento; três deles foram os mais votados do partido: Delson Scarano, Pio Canedo e Murilo Badaró, líder da bancada pessedista na 5ª Legislatura.

Ainda em 30 de março Badaró foi à tribuna elogiar o posicionamento do governador Magalhães Pinto, expresso naquele dia em seu manifesto enviado à imprensa, no qual o governador reprovou duramente a atuação de João Goulart no desfecho da revolta dos subalternos da Marinha, ocorrida no dia 25, quando dezenas de marujos e fuzileiros navais se amotinaram na sede de um sindicato na cidade do Rio, a reivindicar o reconhecimento e a institucionalização de sua associação, prestadora de serviços sociais aos subalternos da Armada. A revolta resultou na substituição do ministro da Marinha e em acusações diversas de que o presidente Jango teria pouca consideração pela hierarquia militar. O discurso do líder pessedista na ocasião sintetiza o recorte das manifestações do regionalismo político mineiro, dessa vez ressaltando-se o viés conciliador, com o qual aparece usualmente vinculado. Dele cabe reproduzir o seguinte trecho:

> [...] A palavra de Minas veio no momento exato para dizer aos brasileiros que estas montanhas continuarão sendo uma trincheira inexpugnável permanentemente colocada a serviço dos altos interesses da nacionalidade. Neste instante, *as divergências políticas que, por ventura, nos separam do atual ocupante do Palácio da Liberdade, de forma alguma podem se constituir em obstáculo a que todos cerremos fileiras ao seu lado* para integrar um pronunciamento que não propriamente o pronunciamento de um homem, eventualmente detentor do poder, de um partido ou de uma agremiação, mas a palavra que traduz o *sentimento de mineiridade* e que representa o substractum [sic] de todo o pensamento do povo mineiro. A revolta que minou a estrutura de uma gloriosa corporação de nossa Pátria não teve origem dentro dela, originando-se de forças estranhas a ela. [...] S. Excia. [o governador] passa a representar neste instante não o administrador que ocupa o Palácio da Liberdade, mas o espírito de Liberdade e a consciência cívica, que são a marca da presença de Minas na Federação. *Minas Gerais é sobretudo o equilíbrio, ponderação e justiça e sensatez, motivos que fazem com que sua voz tenha inigualável autoridade no concerto dos demais estados*. Realmente a voz de Minas não poderia faltar nesta hora, não para

> acirramento dos ânimos mas sobretudo para fazer com que seja restabelecido o equilíbrio e o bom senso, ausentes do momento nacional, que forças estranhas procuram a todo transe impedir que voltem a reinar (DIÁRIO..., 1964a, p. 5-6, grifos nossos).

Ressalte-se que esse discurso foi proferido horas antes de iniciada a marcha das tropas do general Mourão Filho, de Juiz de Fora para a capital federal, quando deflagrou o golpe. Destaca-se o referido apelo a um viés conciliador, a partir do qual o deputado procura demarcar o campo de forças que avançavam definitivamente sobre o governo Jango, anulando as divergências que lhe separavam do governo Magalhães Pinto, da UDN,[8] e o tom decidido com que rechaça o que considera "interesses subalternos" e "forças estranhas", lembrando, porém, que Minas não compareceria com uma "palavra de acirramento", mas com "equilíbrio e bom senso". Ao evocar a "voz de Minas" é possível que Badaró, político de notável formação intelectual, estivesse ecoando as ideias presentes na obra que leva, justamente, o título de *Voz de Minas*, de autoria do ensaísta e pensador católico Alceu Amoroso Lima, publicada pela primeira vez em 1945, onde o autor atribui um tríplice papel à mineiridade: o de compensação, de equilíbrio e de moderação.

Em *Guardiães da razão*, Helena Bomeny aborda pormenorizadamente a "mineiridade clássica", tal como conceituada na obra de Amoroso Lima, onde, conforme a autora, "a definição pela liberdade, tal como é expressa, circunscreve o escopo da ação política no confronto com o avanço do socialismo e na contenção do individualismo contemporâneo". O conservadorismo implícito ao imaginário da mineiridade é explicado pelo ensaísta ao hierarquizar o conceito de *espaço*, sobrepondo-o em importância ao de *tempo* ("o tempo não conta"), daí resultando que o mineiro seria "mais fiel ao seu lugar que ao seu momento", segundo a interpretação de Bomeny, ilustrada pela seguinte passagem de *Voz de Minas*: "[...] o tempo não existe em Minas ou

8 União Democrática Nacional, principal partido de oposição ao governo Jango; partido de situação em Minas, com o governador Magalhães Pinto, que também articulou para a derrubada do presidente.

pelo menos não se conta com ele, talvez porque o mineiro possui muito mais o espírito do eterno que o do moderno" (BOMENY, 1994, p. 20-21). O caráter equilibrado, compensador e moderador da mineiridade não impede, tal como observado nas fontes, que a ação política dos que o ostentam circunscreva-se não apenas no "confronto com o avanço do socialismo", conforme a autora, mas que coexista com o virulento anticomunismo, propagado amiúde na opinião pública por todos os envolvidos nas manobras conspiratórias de março e abril.[9]

Que os pessedistas tenham se valido com tamanha recorrência e propriedade ao imaginário da mineiridade é algo que se explica em boa medida pelo fato de o partido ter se arraigado ao longo do vasto interior de Minas, entre as centenas de povoações, consolidando-se desde sua origem como uma federação de lideranças locais, detentoras quase absolutas do poder de Estado, herdado em muitos casos desde o período colonial e consolidado na Primeira República, quando Minas passou a expressar nacionalmente sua força política. Com as transformações decorrentes da Revolução de 1930, a situação política mineira adquire caráter ambivalente, quando, de acordo com Pedro Otoni, as tendências modernizantes do período são constrangidas pela política de compromissos surgida entre as oligarquias espalhadas pelo interior e os próprios agentes promotores da modernização. O quadro se modifica na década de 1950 com a instalação de empresas multinacionais em Minas, que, ao se vincularem política e ideologicamente a alguns dos agentes que compunham o arranjo predominante, provocam sua transformação em uma "elite-dependente", conforme o autor (OTONI, 2013, p. 101-103). Expressão singular da política da elite-dependente são os governos de Juscelino Kubitschek, nos níveis estadual e federal, cujos empreendimentos modernizantes são executados não em prejuízo do poder oligárquico local, mas, antes, com sua coadunação. Assim o PSD mineiro pôde ostentar um papel ativo na construção de uma sociedade industrial moderna, enquanto

9 Com efeito, Rodrigo Motta observa que "o temor anticomunista teve papel preponderante no processo de arregimentação dos grupos adversários ao governo, fornecendo o principal argumento que unificou os setores de oposição" (MOTTA, 2006, p. 29).

se beneficiava e reproduzia em grande medida o arranjo político seguro para as famílias e frações oligárquicas que há décadas detinham com rigorosa exclusividade o controle dos aparatos administrativos e, paradoxalmente, da própria *res publica*.

Decorre daí que a reforma agrária tenha sido o tema mais sensível, e que provocou a reação unívoca dos pessedistas mineiros em sua reação veementemente contrária, que foi importante para a derrubada da proposta feita pela base governista na Câmara dos Deputados, prevendo indenizações aos proprietários em títulos da dívida pública. No principal estudo de referência sobre o PSD, sua autora, Lucia Hippolito (2012, p. 277), observa que "uma vez mais a chave da posição do PSD é a seção mineira. Sob a liderança de Alkmin – e agora também de Último de Carvalho –, a bancada mineira lança nota oficial contra a emenda constitucional do PTB, o que, para fins práticos, sela a sorte do projeto". A nota fora a público em maio de 1963, e em fevereiro do ano seguinte o deputado Último de Carvalho, já profundamente envolvido com a conspiração, foi categórico ao afirmar:

> A sorte de nossas propriedades rurais em Minas está cingida à sorte do mandato do presidente da República. Se o presidente confiscar as nossas propriedades ou permitir que alguém as confisque, haverá também quem confisque seu mandato de presidente da República" (RAMOS, 1993, p. 206).

E, a propósito, Rodrigo Motta (2006, p. 139) observa, quanto aos primeiros meses de 1964, a escalada crescente de eventos conflituosos, incluindo-se, desde fevereiro, uma "intensa mobilização anticomunista no campo, com o surgimento de grupos armados pelos proprietários". Lucia Hippolito, entretanto, chega a afirmar que o golpe não tivera a chancela do PSD, como teve de outros partidos, da UDN principalmente, e que o comando nacional pessedista havia passado à oposição, mas não à conspiração (HIPPOLITO, 2012, p. 283); e, mais adiante, ainda afirma: "[...] o PSD não é parceiro para golpes de direita. Importa saber aí até quando os conspiradores aguardarão a adesão do partido,

ou se o golpe será dado *apesar do PSD*, e, por extensão, *contra o PSD*" (HIPPOLITO, 2012, p. 289, grifo do autor).

A análise do comportamento partidário dos pessedistas mineiros, porém, indica o contrário. O que fica evidente é a notável celeridade das articulações golpistas no Estado, com envolvimento nuclear dos principais quadros do partido, demonstrada pela participação ativa na recomposição do secretariado estadual realizada por Magalhães Pinto a apenas três dias do golpe, além da "frente" não formalizada formada na Assembleia com a bancada da UDN e de outros partidos e, por fim, a eleição de Alkmin à vice-presidência da República. O golpe definitivamente não foi dado *contra* o PSD, tampouco *apesar* dele, ainda que seja notável o republicanismo de alguns de seus quadros, como era o caso de Tancredo Neves. Na Assembleia, o entusiasmo irradiante dos deputados estaduais com o desfecho de abril não decorreu meramente de uma adaptação ao novo quadro, ou da intenção de fazer boa figura perante os militares; na verdade, eles tinham razão ao afirmar que haviam sido "soldados civis da revolução".

Se houve um pessedista mineiro que se manteve a uma distância segura das articulações conspiratórias, esse foi JK, segundo Plínio Ramos; o senador e pré-candidato à presidência parece não ter agido na preparação do golpe, apesar das iniciativas de Alkmin em persuadi-lo nesse sentido (RAMOS, 1993, p. 207). No entanto, ao menos em Minas, Juscelino vinha perdendo influência entre a base do partido, já que permanecia, de certo modo, próximo ao PTB, cuja bancada partidária no Congresso Nacional era a segunda maior (depois da do PSD, a partir do pleito de 1962), e por isso era considerada com importância nas projeções eleitorais do pré-candidato. Mas o seu não envolvimento no golpe não deve ter inspirado muitos correligionários a manterem-se igualmente distantes da trama. Na Assembleia de Minas, os pessedistas se encontravam recuados durante a 5ª Legislatura desde o resultado das eleições de 1962: a bancada do PSD havia passado de 24 para 18 deputados (DULCI, 1999, p. 136), e entre eles a preocupação de JK em permanecer próximo ao PTB não poderia ser reproduzida, já que o governo trabalhista de Jango, além de tratar a reforma agrária como uma

prioridade, havia reconhecido a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e patrocinado a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural, além de ter instituído a Supra.[10]

Logo, os pessedistas mineiros pressionaram Juscelino a fim de que o ex-presidente não se afastasse daquela que era a questão crucial para a fração estadual do PSD: "o problema agrário fizera do candidato à Presidência da República uma projeção dos interesses do partido mineiro, solidamente unificado em defesa da propriedade rural" (RAMOS, 1993, p. 205); aliás, para todos os efeitos, Magalhães Pinto lhes era um presidenciável mais próximo que JK (nota-se que, em relação ao governo do Estado, o PSD expressava sua dificuldade característica em cumprir a função de oposição, porquanto fosse um partido de cariz situacionista). A defesa decidida, por parte do PSD, dos interesses da classe rural-proprietária definia o caráter do partido em Minas. Otávio Dulci explica a vigência de um "pacto agrário", cujas regras implícitas provocariam um contraponto a políticas industrialistas, associadas a ideais modernizantes; assim, "o campo seria conservado como espaço privado, garantindo-se sobre ele o direito e o poder dos proprietários" (DULCI, 1999, p. 143). Esse pacto permitiu que a agenda desenvolvimentista, industrializante, dos governos Kubitschek em Minas e no Brasil possa ter sido pensada e executada no seio de um partido que, ao mesmo tempo, não deixava de se apresentar como "a grande trincheira da oligarquia, fortemente enraizada no meio rural e nas inúmeras pequenas cidades do interior de Minas" (DULCI, 1999, p. 140).

Na década de 1960 a modernização da estrutura econômica do País e os seus desdobramentos político-institucionais já provocavam visivelmente o surgimento de demandas populares que vinham sendo canalizadas pela participação política eleitoral. Esse processo, no entanto, muito mais evidente nos centros urbanos do que nas extensas áreas ruralizadas de uma nação com as características histórico-geográficas do Brasil. Em um estudo clássico, Guillermo O'Donnell (1979) observara que os

10 Superintendência da Política Agrária. Cf. Grynszpan, 2006.

principais frutos colhidos pelo setor popular haviam sido seu crescente peso eleitoral e sua capacidade cada vez mais articulada de apresentar suas demandas à sociedade, o que ficou demonstrado naqueles anos pelo significativo aumento no comparecimento às eleições – além do plebiscito de 1963 – e pela multiplicação das greves. A presença ativa desse setor na vida política nacional passou a ser percebida como profundamente ameaçadora por grandes e médios proprietários de terras e capital, e, após o esgotamento de um período de crescimento econômico, as demandas de caráter trabalhista eram vistas como provocadoras de mudanças muito mais radicais do que o considerado aceitável por representantes destes outros setores, que, muitas vezes, como era o caso do PSD, haviam outrora formado acordos e coalizões com os trabalhistas.

A maioria daqueles proprietários passou a concordar "que as demandas do setor popular eram excessivas, tanto em termos de consumo como de participação política, e que a acumulação de capital seria inviabilizada caso essas demandas não fossem rigidamente controladas" (O'DONNELL, 1979, p. 69, tradução nossa). Quanto aos produtores rurais voltados para a exportação, por exemplo, o autor indica que eles "reafirmaram sua aversão às políticas de massas e sua convicção de que não poderiam alcançar ganhos permanentes significativos sob governos eleitos sujeitos às pressões do setor popular urbano" (O'DONNELL, 1979, p. 70). E, em síntese, explica que "o limite de uma crise definitiva no sistema político foi alcançado quando a maioria dos atores políticos concentraram-se em modificar completamente as regras do 'jogo político', ao invés de tentarem obter ganhos nos limites das regras existentes", e assim se formaram coalizões com o objetivo de superar o impasse por meio da imposição de um novo sistema político, "que permitisse a efetiva tomada de decisões alinhadas às preferências dos membros da coalizão" (O'DONNELL, 1979, p. 74). Em Minas Gerais tal aliança caracterizou-se por uma notável coesão entre os envolvidos, possibilitada em grande medida pelo discurso ideológico da mineiridade, que "justifica um jeito de ser", conforme Helena Bomeny, "e reclama um lugar político no qual esse 'jeito' desempenharia missão salvacionista" (BOMENY, 1994, p. 21).

3 – O fim da transigência: das eleições para governador ao AI-2

Um ano e meio depois do golpe, em outubro de 1965, a ditadura avançava decisivamente sobre o sistema partidário com o Ato Institucional nº 2, editado, em tese, como medida "corretiva" do resultado das eleições para governadores de 11 estados. Em Minas ocorre um duro revés para a UDN: seu candidato, Roberto Resende, sobrinho de Magalhães Pinto, é derrotado por Israel Pinheiro, do PSD, coligado com o PTB; depois desse resultado, bem como daquele registrado na Guanabara, onde um pessedista também derrotou o udenista que sucederia Carlos Lacerda,[11] o regime militar perdeu mais uma parte da fachada democrática e, na prática, suspendeu a Constituição vigente com esse segundo Ato Institucional, que extinguiu formalmente os partidos políticos, tornou indireta a eleição para a presidência da República, e permitiu que o ocupante do cargo pusesse em recesso o Congresso Nacional quando fosse necessário – segundo o julgamento da cúpula das Forças Armadas.

O governo Castelo Branco, entretanto, é tido por diferentes analistas da época como um interregno, um período de definições, durante o qual os novos ocupantes do poder se encontraram pressionados por diferentes grupos, civis e militares, que procuraram com persistência influenciar o arranjo político-administrativo a vigorar dali em diante. A feição liberal do regime era ainda pretensamente assegurada, embora não sem dificuldades, até por uma composição ministerial diversificada, com integrantes dos dois grandes partidos, que apesar de terem se unido pela "revolução", voltariam a ser rivais, PSD e UDN; mas a relação de ambos com o governo federal – e, claro, entre si – não foi harmoniosa em nível nacional, tampouco estadual. Ainda em junho de 1964 ocorreram dois fatos que redefiniram o comportamento partidário e sinalizaram grave derrota dos partidos

11 O pessedista vencedor na Guanabara foi Negrão de Lima, e o udenista derrotado, Carlos Flexa Ribeiro. Ressalte-se que, originalmente, os candidatos do PSD aos postos eram Sebastião Paes de Almeida (em Minas) e o marechal Henrique Teixeira Lott (na Guanabara), mas a cúpula militar articulou com o TSE a inviabilização das candidaturas, tamanho era seu receio de que esses candidatos "juscelinistas" pudessem vencer.

políticos para os militares – sobretudo para o grupo conhecido como "linha dura": os direitos políticos de Juscelino Kubitschek foram suspensos por meio de decreto presidencial após uma investigação conduzida por coronéis do Exército sobre irregularidades administrativas ocorridas durante sua presidência, e sua candidatura fora consequentemente inviabilizada (derrota do PSD); além disso, poucos dias depois, o presidente Castelo Branco teve seu mandato no Executivo nacional prorrogado até 1967 por meio de emenda constitucional aprovada pelo Congresso, cada vez mais impotente e diminuto (derrota sobretudo da UDN). O caminho foi curto até o 27 de outubro de 1965, quando da edição do Ato Institucional n° 2.

Para aprovar a emenda que prorrogava o mandato presidencial, o governo contava com o apoio do PSD, que em contrapartida ainda nutria esperanças de que Castelo Branco preservasse a candidatura JK; a UDN, ao contrário, dividia-se quanto à questão, e Carlos Lacerda passou a ser, em poucos meses, um adversário do regime, já que, tendo sua campanha comprometida pela medida, dirigiu sua barulhenta oposição, mais uma vez, ao chefe do governo federal; assim, de certo modo, os papéis usuais dos dois partidos se restauravam. Quanto à cassação dos direitos políticos de JK, observa-se que fora apoiada desde sempre pela própria UDN, sobretudo pelo grupo lacerdista, preocupado em neutralizar o candidato que, ao que tudo indicava, era mesmo o favorito para as eleições presidenciais; os udenistas apregoavam discursivamente o que seria, segundo eles, uma incongruência, qual seja, que um político como JK, representante da ordem deposta pelo golpe, pudesse ser reeleito em pleno "pós-revolução". Já a prorrogação do mandato do presidente da república, ocorrida logo depois, cujo pretexto era a promoção da coincidência dos mandatos eletivos, já que à época as eleições para os legislativos e para os executivos eram separadas, fez emergir as divergências mais sérias da UDN com o governo. Mesmo depois de aprovada a medida, Lacerda não só continuava, como intensificava os ataques a Castelo Branco.

A cientista política Paula Beiguelman nota que para o governador da Guanabara e seus adeptos, o golpe de 1964 havia

significado "a deposição da antiga situação política dominante (PSD-PTB) contra a qual sempre haviam conspirado a fim de que uma vez realizado o expurgo daqueles que fossem qualificados como 'corruptos' ou 'subversivos', o governo retornasse aos civis, ou seja, à UDN" (BEIGUELMAN, 1994, p. 38). Mediante o imprevisto adiamento de seu projeto, Lacerda se dissociou de Castelo Branco e passou a atacar, principalmente, a política econômica do governo federal, cujo mentor era o ministro do Planejamento[12] Roberto Campos, que embora não fosse filiado a nenhum partido, recebia acusações, sobretudo por parte de udenistas, de ser ligado ao PSD, o que expressava a vigência da histórica rivalidade entre os dois partidos como um componente forte do imaginário da vida política nacional. Nota-se, porém, que a acusação dirigida ao ministro tinha fundamento; quando da cassação dos direitos políticos e, por extensão, do mandato de senador de JK, Roberto Campos foi o único membro da cúpula do governo a não assinar o documento que dava efeito à medida e, ainda, em protesto, pediu demissão de seu cargo, mas apesar do desfecho desfavorável ao ex-presidente, Campos teria sido persuadido pelo presidente Castelo Branco a se manter na chefia da pasta (CHAGAS, 2014, p. 183; DULLES, 1983).

Em fevereiro de 1965, um movimento fundado no ano anterior por militares, a Liga Democrática Radical (Líder), um veículo da linha dura, considerava que Castelo Branco não vinha sendo duro o suficiente com os "subversivos" e "corruptos", e requisitaram ao presidente que o Comando Revolucionário fosse restabelecido e que o Congresso Nacional fosse fechado. O grupo não foi muito bem-sucedido, mas suas mediações com o governo ficaram a cargo do ministro da Guerra, o general Artur da Costa e Silva, que prometeu um endurecimento do regime. O pretexto para tal endurecimento teria vindo com o resultado das eleições de outubro em Minas e na Guanabara, onde venceram os candidatos pessedistas, considerados por muitos naquele momento como de oposição ao governo "revolucionário". Cabe, no entanto, considerar em que medida os candidatos

12 Tratava-se do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, criado pelo governo Castelo Branco.

do PSD nos dois estados realmente representavam oposição ao regime, já que, por exemplo, desde meses antes do pleito Magalhães Pinto vinha se aproximando de Lacerda nas críticas ao governo federal, inclusive demonstrando apoio à candidatura presidencial do governador da Guanabara. Além das objeções à política econômica, que era criticada por grupos empresariais representados pelos dois governadores, eles se aproximaram, em contraposição a Castelo, aos setores mais extremados entre os militares, e Magalhães Pinto, que havia tentado adiar aquelas eleições estaduais, "clamava contra a má vontade do governo para com as personalidades que haviam feito a revolução"; para ele "era difícil aceitar que em tais condições desfavoráveis o governo central insistisse em realizar a eleição de onze governadores" (BEIGUELMAN, 1994, p. 51).

Torna-se razoável, portanto, a suposição de que a própria atuação de Magalhães e de Lacerda, sempre voltados para o que lhes fosse mais favorável eleitoralmente, visando à presidência da República, tenha prejudicado a campanha de seus sucessores, já que ambos passavam a representar justamente o endurecimento do regime. A hipótese aventada nesse sentido por Paula Beiguelman é a de que "o governo continuava a estimular o êxito eleitoral das candidaturas pessedistas em Minas e na Guanabara, como premissa para articular [em] seu benefício forças políticas regionais próprias" (BEIGUELMAN, 1994, p. 53). A propósito, convém lembrar que em ambos os estados o regime já havia inviabilizado, com base numa lei de inelegibilidades de junho daquele ano, os candidatos inicialmente indicados pelo PSD (ainda que apoiado por um fragilizado PTB), e os eleitos, Israel Pinheiro (MG) e Negrão de Lima (GB) eram, portanto, considerados pela cúpula do governo Castelo Branco minimamente toleráveis ou, no máximo, talvez mesmo um tipo tácito de aliados.

Apesar das manobras por parte da cúpula do Executivo nacional, o resultado das urnas foi considerado inaceitável pela linha dura, que percebia os eleitos como juscelinistas (Israel Pinheiro presidira a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, nomeado por JK quando da construção de Brasília) e,

portanto, incompatíveis com o regime. A crise que se seguiu projetou definitivamente a figura de Costa e Silva, cujas articulações com aqueles militares exaltados culminaram, semanas depois, no segundo ato institucional.[13] Antes disso, contudo, houve uma tentativa do governo Castelo Branco de impor seu controle, ainda que parcialmente, sobre os governadores eleitos; foi enviado à Câmara dos Deputados um projeto de lei que definia que os governadores estariam impedidos de nomear seus secretários de Segurança Pública e os comandantes das respectivas Polícias Militares sem a anuência do Conselho de Segurança Nacional. Na prática, a escolha de ambos os cargos passaria a recair sobre o governo federal. A medida, juntamente com outras de semelhante caráter intervencionista sobre os estados, foi justificada pela presidência como objetivando "fortalecer a ação revolucionária" (DULLES, 1983, p. 136). Diante da relutância que os deputados demonstraram em votar o pacote de medidas, os militares foram à imprensa criticá-los; os generais opinaram que uma solução de força deveria ser adotada – "a única capaz de revigorar e consolidar os ideais da Revolução", e foram corroborados pelo ministro Costa e Silva (DULLES, 1983, p. 141). A propósito, na Assembleia de Minas o deputado Carlos Megale leu uma matéria do Estado de Minas onde o líder do governo na Câmara federal, o udenista Pedro Aleixo, defendia a medida, cujo caráter autoritário fica claro a partir da dubiedade com que é tratada:

> De qualquer forma, essa decisão, por mais estranha que pareça, foi a única que permitiu que seja cumprido o mandamento constitucional e democrático, que autoriza a posse dos [governadores] eleitos, especialmente daqueles contra os quais forças consideráveis do movimento revolucionário de abril se opuseram, após as eleições de domingo passado (DIÁRIO..., 1965b, p. 10).

13 "No dia 4 de outubro [JK] desembarcava [no Brasil], recebendo calorosa recepção popular. Em represália, no dia seguinte, era grafada na pista de asfalto em frente ao Ministério da Guerra, em letras garrafais: 'Eles não voltarão'. Na madrugada de 5 para 6 de outubro o general Costa e Silva assumia um compromisso de dez pontos com os oficiais rebelados da Vila Militar" (BEIGUELMAN, 1994, p. 53).

O impasse gerado na Câmara foi, de fato, solucionado à força, como desejavam os chefes militares, cerca de duas semanas depois, com a edição do AI-2. É necessário, entretanto, considerar, com o historiador Carlos Fico, que a análise do conteúdo integral do ato demonstra que

> ele não pode ser entendido como uma simples reação (mesmo exagerada) aos resultados eleitorais de outubro de 1965. Trata-se de um conjunto de medidas de alcance muito maior e que, na verdade, ensejaram a retomada da "operação limpeza", tal como desejava a linha dura (FICO, 2014, p. 74).

O ímpeto punitivo de muitos grupos de militares pelo País – e o fato de que detinham os meios para levar a cabo, como bem entendessem, as punições almejadas – foi, portanto, um dos fatores que levaram ao rigoroso enquadramento ou, no limite, ao banimento da vida política nacional e regional, das mais variadas instituições civis, além de muitos dos agentes ativamente envolvidos com o golpe. Quanto a isso, convém registrar as conclusões de um dos mais atentos observadores daquela conjuntura, o militar e historiador Nelson Werneck Sodré, em cuja obra *História militar do Brasil*, publicada justamente em 1965,[14] já indicava a importância em salientar que os militares golpistas não agiram sozinhos, mas em pouco tempo usurparam o controle do poder de Estado no País:

> Não resiste à mais superficial análise, por outro lado, a suposição de que as Forças Armadas operam isoladamente, e vivem e atuam separadas das forças sociais do país. O golpe de 1964, militar na sua exteriorização – correspondendo a inegável alteração na correlação de forças, e com apoio, portanto, de variados e numerosos e poderosos componentes –, foi político na sua essência, e atendeu a interesses políticos inconfundíveis, independentes da vontade da maioria esmagadora de seus participantes e de muitos de seus mais destacados chefes. [...] Mobilizadas intensamente pela propaganda, classes e camadas sociais diversas integraram o movimento que derrocou a precária democracia brasileira. Passado o ato cirúrgico, entretanto, a maioria daquelas

14 A primeira edição é de 1965, e a segunda, de 1968, quando o livro foi proibido de circular.

> classes e camadas começaram a ver o que o golpe continha de essencial e iniciou-se, ao mesmo tempo, a separação das forças que se haviam, rapidamente, composto para romper a frágil base política em que assentava o regime. Nesse sentido, a vitória do golpe correspondeu a colocar diante de todos o quadro da realidade, dissipando inúmeras ilusões (SODRÉ, 1979, p. 395).

Convém matizar as conclusões de Sodré com o que salienta Carlos Fico sobre se existiam ou não planejamentos previamente traçados pelos militares para o pós-golpe; segundo Fico,

> no que se refere a planos de governo detalhadamente estabelecidos, há consenso historiográfico sobre sua inexistência: além da ânsia punitiva, existiam, quando muito, diretrizes de saneamento econômico-financeiro traçadas por alguns ipesianos. Tudo o mais seria improvisado (FICO, 2014, p. 74-75).

Importa, então, sublinhar que as conclusões dos dois historiadores não são antitéticas, mas antes se complementam; o autoritarismo do regime se consolidou ao longo da segunda metade da década de 1960 ao passo em que pelos menos durante os primeiros dez anos de ditadura os sucessivos governos militares permaneciam incertos em termos programáticos, tendo sido quase sempre insuficientes e mal definidos quanto à elaboração e execução de políticas públicas, por exemplo.[15] É certo, entretanto, que o mais improvisado deles foi o "interregno" de Castelo Branco, cujas medidas de saneamento econômico, conquanto bem-sucedidas apenas muito pontualmente, provocaram perdas salariais sistemáticas e aumento significativo do custo de vida, com "perversos efeitos distributivos" (LUNA; KLEIN, 2014, p. 94), que não deixaram de repercutir politicamente.

15 Fico prossegue: "Essa leitura é incontestável no que se refere aos planos de governo. Mas, se aplicada ao paulatino endurecimento do regime, deixa escapar um aspecto fundamental da ditadura militar: a busca sistemática e progressiva da institucionalização do aparato repressivo, fundada na 'utopia autoritária' da eliminação dos 'óbices' à realização dos 'objetivos nacionais permanentes'" (FICO, 2014, p. 75).

Em uma das primeiras sessões da Assembleia, ocorrida depois do resultado das eleições de 3 de outubro, coube ao líder da Maioria, o udenista Hélio Garcia, a leitura da nota de Magalhães Pinto, na qual reconhecia a derrota de seu candidato a sucessor e da qual recortamos o seguinte trecho:

> Compreendo que o povo quis demonstrar sua justa inconformidade com a condição em que vive. Este povo, que assim votou, é o mesmo que nos colocou no governo. Que, em 1964, fez conosco a Revolução e viu despertar, com ela, a esperança de uma vida melhor. É o povo que se sente frustrado, diante de tantos sacrifícios que lhe são impostos. Diante das promessas de reformas que não vieram ou, quando vieram, não corresponderam aos seus anseios. [...] Medidas econômico-financeiras foram tomadas de maneira desumana, não se levando em conta os reflexos do custo de vida, que se agrava cada dia, com o encarecimento de todas as utilidades. É o povo sem emprego, sem casa para morar, que sofre o aumento constante dos aluguéis, da energia, dos transportes, do alimento, dos remédios e de tudo mais. [...] Compreendo que o povo se valeu do direito do voto para exprimir o seu protesto contra semelhante situação. *Julgou-nos, a nós, Governos Estaduais e Governo Federal*. Tenhamos, todos, humildade para analisar esse veredito e dele tirar as lições que nos foram dadas (DIÁRIO..., 1965a, p. 12, grifo nosso).

Roberto Resende teve 45% dos votos dos mineiros, e Israel Pinheiro venceu com 53% (RAMOS, 1993, p. 212), na última eleição direta, para o governo do Estado, que o regime militar permitiu que ocorresse, pelo menos até 1982. Nas derrotas dos udenistas em Minas e na Guanabara "desapareceriam para sempre duas postulações presidenciais das quais a área 'revolucionária', se fosse justa e reconhecida em seus julgamentos, não poderia nunca desdenhar", segundo Plínio Ramos (1993, p. 211), referindo-se a Magalhães Pinto e Lacerda.

Para o PSD o resultado pareceu um sinal de sobrevida, e o partido pôde celebrá-lo contando, ainda, com a volta de JK ao País; o ex-presidente, animado, dizia que aquelas eleições "alterariam completamente a situação no Brasil" e que, com seu retorno, desejava "consolidar a democracia" (DULLES, 1983,

p. 128). Seus apoiadores na Assembleia de Minas encontraram fôlego para defendê-lo ante a obstinada perseguição que sofria por parte da linha dura do regime, em ao menos três IPMs[16] conduzidos contra ele no Rio de Janeiro. Murilo Badaró clamou, "em nome dos nossos foros de cultura e civilização", para que cessassem o "martírio" ao qual era submetido o ex-presidente Kubitscheck, convocado dezenas de vezes a "longos e exaustivos" interrogatórios, cujo objetivo, segundo denunciava Badaró, era menos o "de esclarecer dúvidas ocorridas no seu governo, do que transformá-lo em bode expiatório das mazelas nacionais". Aludindo à acusação de que JK teria facilitado atividades subversivas durante seu mandato no Executivo nacional, o deputado provocava, perguntando: "Onde se encontra nessa altura o senador Afonso Arinos, da UDN, autor da grande proeza que levou o ex-presidente Jânio Quadros à renúncia com a condecoração do ex-ministro de Cuba, Che Guevara?". Juntando-se a Badaró na defesa do ex-presidente, Aníbal Teixeira,[17] do PRP, comparou a investigação conduzida sobre JK com a obra *O processo*, de Franz Kafka, e elencou uma série de documentos que servissem como evidência das iniciativas anticomunistas de Kubitscheck, questionando, inclusive, o anticomunismo dos coronéis do Exército responsáveis pelo inquérito: "Esses coronéis que agora são, ou se apresentam como heróis, não têm capacidade para isto. Não conheci o coronel Otávio Ferraro nas lutas contra os comunistas; por certo, estava nos churrascos de João Goulart, ou fazendo guarda ao comício do dia 13 [de março de 1964, na Central do Brasil]". Mais adiante, em tom desafiador, afirmou que, se os referidos militares, "que querem falar em nome de uma revolução que não fizeram", pisassem em Minas Gerais, seriam repudiados pelo povo, e cobrou providências diretamente ao governo federal, ao afirmar ser preciso que Castelo Branco sentisse que, "ao fazer esta humilhação ao presidente JK, a quem foi pedir o seu voto para galgar a presidência da República", estaria "criando um precedente perigoso, porque

16 Inquérito policial-militar.

17 Antes de ter sido eleito deputado estadual, ocupou diversos cargos governamentais durante a presidência de JK. Teve o mandato cassado em 14 de março de 1969, por força do Ato Institucional nº 5.

amanhã, poderá ser ele chamado por majores, tenentes ou sargentos para responder a inquéritos contra atentados à liberdade pública". Teixeira procurou, enfim, revelar a real motivação da investigação, afirmando: "Como não podem batê-lo em eleições, procuraram impedir-lhe a posse [em 1955] ou mesmo, como ocorreu recentemente, a candidatura". A indignação dos jusce-linistas era tal que levou Murilo Badaró a dizer que "a opinião pública já se mobiliza, estranhando que o país, com o regime jurídico em pleno funcionamento, possa continuar permitindo *um processo de tortura*", ao qual estaria sendo submetido o ex--presidente (DIÁRIO..., 1965c, p. 5-6, grifo nosso).

Contudo, apesar da inquietação quanto ao futuro político de JK, os pessedistas cuidaram em não se dissociar do governo militar e da "revolução" e, em determinados momentos, procuravam frisar que a vitória de seus candidatos a governador era prova de que eles eram os mais alinhados à trajetória do movimento de março/abril do ano anterior. Ao comentar o resultado das eleições, por exemplo, Homero Santos se indignava com o udenista Maurilio Cambraia, dizendo: "Tachar ele, como representante da UDN, o eleitorado de Minas Gerais de ignorante, de menos esclarecido, é verdadeiro absurdo". E, mais adiante: "Falar que o eleitorado de Minas votou contra a revolução [...] é colocar apenas o povo mineiro na situação de contrarrevolucionário, quando todos nós sabemos que todos os partidos políticos se uniram e se organizaram, no sentido de dar a este país nova estrutura política". O deputado cobrou, então, da UDN, o apoio ao governo federal – posição considerada por ele como a única que demonstraria coerência, questionando retoricamente: "Por que o governo não serve e não basta, hoje, para os homens da UDN? Porque foram derrotados pelo eleitorado de Minas Gerais" (Diário..., 1965d, p. 8). Em outro exemplo, o deputado Manoel Costa também confrontou um udenista – José Maria Magalhães – que, segundo Costa, deveria responder, inclusive, por declarações de Lacerda, de quem Magalhães teria adotado "não apenas a sua política, mas o seu pensamento e a sua orientação". O deputado da UDN foi questionado se sua memória estaria lhe traindo quanto "a uma frase de seu líder, Carlos Lacerda, quando S. Exa., o governador da Guanabara, acusando a revolução e o

sr. Castelo Branco, e culpando ao sr. presidente da República pela derrota de seu candidato [...], disse: 'Eu, que já vomitei o sr. Castelo Branco, não o vou engolir nesta hora.'" (DIÁRIO..., 1965e, p. 7). O pessedista procurava, de tal modo, representar o partido rival como um desviante dos rumos da "revolução", buscando ampliar o alcance negativo das bravatas de Lacerda.

Apesar, portanto, da preocupação dos pessedistas quanto ao futuro de JK como candidato do partido à presidência, a orientação geral foi a de se posicionarem em coadunação com o governo Castelo Branco, ou seja, assumindo, como usual, seu pendor em direção ao governo e procurando sempre que possível extrair quaisquer benefícios provindos da proximidade fiel e dedicada ao poder instituído, postura que foi ainda mais "natural" para a seção mineira do partido, dado o resultado exitoso da eleição para o governo do Estado. Otelino Sol, por exemplo, lançou-se à defesa da política econômica do governo federal e de seus principais articuladores, os ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões; o deputado pessedista afirmava que os ministros seriam "como que marcados contra o veneno da demagogia", e leu trechos de um discurso de Campos proferido dias antes numa universidade em São Paulo, qualificando a orientação econômica do governo como "equilibrada e saneadora", e afirmando ser natural que no combate a "uma inflação que vinha de há vinte anos" fosse necessária a "adoção de medidas drásticas", que os dois ministros "não tiveram constrangimentos" em adotar. As tais medidas foram, então, assim sumarizadas pelo deputado: "Para se alcançar o equilíbrio orçamentário era necessária uma nova reforma tributária, que armasse o governo contra a evasão, a sonegação de rendas; que proporcionasse meios legais para o aumento de impostos e reajustamento de tarifas" (DIÁRIO..., 1965f, p. 4).

No discurso de Roberto Campos, transcrito na íntegra no Diário da Assembleia a pedido do deputado, o ministro, ainda que sem nomear seus críticos, se defendeu das acusações que vinha a receber, recorrendo a um argumento que sugere o vigor do ideário desenvolvimentista-reformista, com o qual o governo Castelo Branco não pôde romper em definitivo, apesar de sua

orientação econômica profundamente divergente daquela predominante no regime suplantado pelo golpe:

> Sei que alguns pretendem, com misto de leviandade e injustiça, que na luta contra a inflação e no esforço de moralização administrativa, o governo se tenha descurado do desenvolvimento. Mas a verdade é que o programa de investimentos do governo é o maior de todos os tempos. Muita gente desconhece, por exemplo, o enorme esforço que está sendo feito para incrementar [o] investimento em dois setores básicos com *rodovias* e *energia elétrica* (DIÁRIO..., 1965f, p. 4, grifo nosso).

Não é possível afirmar que, com o trecho enfatizado na passagem acima, Campos estivesse necessariamente aludindo ao conhecido slogan do governo JK, o "Binômio Energia e Transportes", mas essa é uma hipótese sugestiva. O recurso ao léxico desenvolvimentista-reformista no primeiro governo pós-golpe pode ter ensejado a acomodação situacionista do PSD, mesmo que seu principal quadro nacional estivesse sendo perseguido e inviabilizado pelos militares. Entretanto, apesar da perseguição a JK, o PSD certamente teve alguns de seus interesses salvaguardados por seus arranjos com o governo Castelo Branco e, mais precisamente, por sua aproximação à figura de Roberto Campos, a quem o jornalista Carlos Chagas identificou como "uma espécie de primeiro-ministro", em razão da plena liberdade conferida a ele pelo presidente para elaborar e comandar a execução da política econômica como um todo (CHAGAS, 2014, p. 55). O principal exemplo dessa salvaguarda de interesses é provavelmente aquele observado no caso da reforma agrária que veio a ser implantada pelo governo Castelo Branco em novembro de 1964, sendo uma política que, a princípio, tocaria centralmente naquela que era a questão mais importante para o PSD – ou, ao menos, para sua vertente mineira.

Dessa vez, a proposta de reforma agrária apresentada pelo governo encontrou duras objeções por parte principalmente de nomes da UDN no Congresso, mas não do PSD, como ocorrera anteriormente, com a proposta do governo Jango. Essa mudança de posição do partido se explica facilmente pela modificação do

teor da reforma agrária, cuja implantação se explica, segundo Regina Bruno, uma vez que

> Castelo Branco se apropriava da reivindicação mais avançada da conjuntura anterior – aquela que havia unificado o conjunto da luta e do movimento pelas reformas de base. Para o governo, era imprescindível 'tomar em mãos' a bandeira da reforma agrária. (BRUNO, 1995, p. 12).

– o que foi feito, com o PSD habilmente se aproveitando no sentido de evitar uma imagem de partido "reacionário", conforme observação de John Dulles, que relata ainda o contexto de surgimento da proposta do presidente:

> As ideias do governo relativamente à reforma agrária nasceram das primeiras conversas com Roberto Campos, durante as quais o presidente reclamou uma solução gradual e flexível, que respeitasse o direito de propriedade, evitasse o minifúndio e combatesse o latifúndio improdutivo. Enquanto Campos [...] trabalhava na reforma agrária, o governo procurava remediar a subprodução agrícola existente, adotando outras medidas[,] tais como a eliminação do controle de preços dos alimentos, a fixação de preços mínimos e o estabelecimento de taxas de câmbio favoráveis às exportações. (DULLES, 1983, p. 72).

A reforma agrária, conforme proposta inicialmente pelo primeiro governo militar, mesmo com seus princípios radicalmente alterados em relação àqueles do governo deposto, ainda sofreu substantivas alterações nos textos, tanto da emenda constitucional como do Estatuto da Terra, para que pudesse ser aprovada no Congresso, apesar de que já contasse com a adesão do PSD, que, por intermédio do deputado federal Amaral Peixoto,[18] pôde participar da elaboração do projeto – que após as alterações, passou a contar com a adesão de parte substantiva dos parlamentares da UDN na Câmara, cujos quadros mais próximos do presidente agiram com celeridade objetivando a

18 Presidente da seção fluminense do PSD, ex-governador do estado do Rio de Janeiro, ex-ministro da Viação e Obras Públicas no governo JK e ex-ministro extraordinário para Assuntos da Reforma Administrativa no governo Jango.

"conversão" do maior número possível de correligionários. A propósito, convém notar que já na primeira sessão da Câmara dos Deputados após a posse de Castelo Branco, ou seja, ainda em abril de 1964, a bancada pessedista apresentou ao plenário um documento contendo propostas de reformas a serem implantadas dali adiante, destacando-se, conforme o jornalista Carlos Chagas, longo trecho dedicado à reforma agrária:

> [O] partido, até por ideologia e pensamento majoritário de seus integrantes, condenava "a atitude primária e demagógica de reduzir o problema à propriedade da terra, desassistida de medidas que assegurem a sua adequada utilização, tais como a assistência técnica ao lavrador, a concessão de crédito rural, a garantia de preços de sustentação da produção e, finalmente, a correta disciplina entre os trabalhadores e os proprietários rurais (CHAGAS, 2014, p. 138-139).

Os textos que deram origem à reforma foram elaborados no âmbito do chamado Gret – Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra –, do qual faziam parte, além de Roberto Campos, o ministro da Agricultura, Oscar Thompson Filho, e o chefe do Serviço Nacional de Informação, general Golbery do Couto e Silva, entre outros. No já mencionado estudo de Regina Bruno sobre o Estatuto da Terra, a leitura das fontes lança luz sobre as motivações que orientaram a elaboração do documento, e a partir da intenção de modificar-se a definição de reforma agrária, o Gret concluiu que o "problema rural" identificado por seus integrantes "'não decorria primordialmente da estrutura de propriedade'. Portanto, 'o que se pretende [pretendia] com a reforma agrária [...] não é dar ênfase à reforma fundiária'". Sustentava-se, ainda entre os trabalhos do Gret, que seria necessário reconhecer que o problema agrário brasileiro não resultava, pelo menos na maioria dos casos, "do fato do trabalhador rural não ser proprietário da terra que cultiva", concluindo-se, assim, que "as áreas economicamente exploráveis encontram-se ociosas, por falta de uma infraestrutura mínima, que os poderes públicos não souberam ou não quiseram dar-lhes" (BRUNO, 1995, p. 7).

Resulta daí que a reforma operada pelo governo foi orientada, segundo critérios exclusivos de eficiência, pelo princípio da modernização da produção, que foi realizada, segundo Norman Long e Bryan Roberts (2009, p. 431), "sem qualquer tentativa séria do governo de pôr fim à grande propriedade privada". Dessa forma, em sentido contrário ao fortalecimento da posição dos trabalhadores do campo contra os grandes proprietários, conforme se desenhava no horizonte da primeira metade da década de sessenta, a orientação do novo governo foi a de "estimular o crescimento da agricultura por meio de mecanismos de mercado, esperando que o aumento das oportunidades, na cidade e no campo, pudesse minorar o descontentamento do homem rural e reduzir a pressão da população sobre a terra" (LONG; ROBERTS, 2009, p. 437). Ressalte-se, porém, acompanhando uma última vez o estudo de Regina Bruno, que:

> [O] discurso e as medidas sobre a reforma agrária democrática e cristã [segundo termos de seus autores] conviviam com os expurgos, a prisão e a perseguição das lideranças identificadas com as Ligas Camponesas; a depuração dos sindicatos rurais; a intervenção na Superintendência da Reforma Agrária, a Supra e a revogação dos decretos sobre a questão fundiária estabelecidos no governo anterior (BRUNO, 1995, p. 12-13).

Mas apesar de alinhado ao governo e de garantir a preservação de seus interesses mais basilares, o PSD revelava progressivamente em seu comportamento partidário a preocupação em superar uma crise ideológica que pairava sobre o partido, gerada pelo peso da posição ambígua de ter sido simultaneamente tão importante para a continuidade do ciclo desenvolvimentista, orientado pelo nacionalismo econômico oriundo ainda da década de 1930, e de, posteriormente, ter contribuído para a interrupção abrupta deste mesmo ciclo, projetando-se, em seguida, como um legítimo herdeiro de pelo menos parte do poder político ostentado pelo novo regime. Em Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964), a cientista política Maria do Carmo Campello de Souza aventa a hipótese de que a crise – e subsequente desintegração – do sistema partidário vigente no País desde 1946 deveu-se à reação de alguns

setores da sociedade a um realinhamento político-ideológico da sociedade em relação aos partidos, que ocorria paulatinamente. Ela distancia-se, assim, de teses que interpretam como uma das causas principais daquela crise a suposta fragilidade do sistema partidário e sua desagregação iminente.[19] Na obra, o PSD, assim como a UDN, é interpretado como parte daqueles setores que reagiam ao realinhamento político, sendo um dos grandes partidos conservadores da época, que se encontravam em declínio em face ao crescimento da relevância e do número de políticos eleitos tanto pelo PTB como dos pequenos partidos "ideológicos". Os partidos conservadores tradicionais viam-se, então,

> forçados a procurar suas bases 'naturais', e a cultivar uma maior aproximação com elas. [...] eles teriam de aumentar a mobilização de suas respectivas bases, à medida que perdiam apoio, conquistado pelo PTB e pelos pequenos partidos urbanos (SOUZA, 1990, p. 145-146).

A autora chega a questionar se o PSD poderia ser considerado um partido "verdadeiramente agrário", mas, de todo modo, considerando seu comportamento durante a crise política, observa que ele encontrava-se impelido a "começar a sê-lo, se não o era; ou a sê-lo em maior medida, se o fora antes", e conclui: "Partido do interior rural, na linguagem de seus dirigentes, 'ostra encrustada no casco da nau do Estado', na linguagem da oposição, esse camaleão rural-burocrático cindia-se, a cada momento, entre esses dois futuros" (SOUZA, 1990, p. 145-146).

19 "A hipótese de que nos servimos foi a de que o caráter crítico da conjuntura final do período estudado decorreu do simultâneo fortalecimento do Estado e do sistema partidário. Notamos que os analistas da política brasileira têm em geral adotado o axioma da inviabilidade originária do sistema de partidos, procurando mostrar, ao longo do período, simplesmente que ele marchava célere para o colapso. Insistimos, ao contrário, na coexistência de tendências ao fortalecimento e à desagregação; ou, mais modestamente, na improbabilidade de interpretações unívocas e unicausais. Sem negar o enorme peso inibidor, para um sistema de partidos, representado pela centralização estatal e pela ideologia dos anos trinta [...] procuramos mostrar, não obstante, a impossibilidade de ver a crise do regime de 1946 como mero desdobramento automático de virtualidades anteriores" (SOUZA, 1990, p. 167).

Já em outro estudo sobre aquele sistema partidário, Antônio Lavareda rejeita a tese do *realinhamento*, aventada por Campello de Souza, levando em conta a especificidade adquirida por esse conceito na literatura especializada da ciência política, particularmente em sua vertente norte-americana. Ao contrário – ou talvez mais em sentido complementar, como acreditamos –, o autor propõe a interessante hipótese da consolidação daquele sistema partidário, que viria cumprindo cada vez mais eficazmente "o primeiro papel básico de qualquer sistema democrático, que é o de imprimir organização e regularidade a parcelas significativas das escolhas eleitorais" (LAVAREDA, 2012, p. 105). Contudo, mais do que explorar as diferenças conceituais entre os autores sobre as tendências evolutivas daquele sistema, cabe apresentar as conclusões de Lavareda sobre o declínio do PSD nacionalmente, tido como inequívoco e

> único entre os três maiores partidos" – contrariamente às teses que atribuem à UDN declínio equivalente –, e "cujo desempenho no fim do período [1945-1963] não registrava crescimento em nenhum tipo de pleito, embora ainda fosse a maior força partidária do país (LAVAREDA, 2012, p. 97).

Segundo os critérios de medição da *performance* eleitoral dos partidos elaborado por Lavareda, ou seja, sua classificação de acordo com "a força que ostentavam no último momento, confrontada com a média do desempenho anterior", o PSD declinou em duas das três modalidades de eleições proporcionais: à Câmara dos Deputados e às assembleias legislativas, e manteve-se estável na terceira modalidade, as eleições para as câmaras municipais (LAVAREDA, 2012, p. 82-83 e 96-97). Esse é um dado que adquire ainda mais relevância quando coligido com os resultados das pesquisas de opinião baseadas em amostragem empreendidas à época pelo Ibope, que, embora escassas, nem por isso devem ser consideradas pouco relevantes; a partir delas, também utilizadas por Lavareda, é possível conjeturar sobre o grau de enraizamento social logrado pelos partidos políticos. Em franca contradição quanto à convicção formada entre muitos dos analistas do período, de que prevaleceria uma suposta debilidade de laços entre eleitorado e partidos,

uma pesquisa conduzida em março de 1964 nas oito maiores capitais do País permitiu concluir que praticamente dois terços dos entrevistados (64%) "eram capazes de citar em pergunta aberta um partido político de preferência" (LAVAREDA, 2012, p. 149, grifo do autor). Em Belo Horizonte 66% citaram algum partido, contra 34% que responderam não ter preferência por nenhuma sigla em particular, e essa maioria foi bastante próxima daquela registrada em Juiz de Fora e Uberlândia, em pesquisa semelhante, conduzida em 1963, quando registrou-se nessas cidades uma identificação partidária de 68% e 65% respectivamente, o que, junto com outros dados, levou o autor a concluir que "ao invés de qualquer indício de declínio dos porcentuais agregados de identificação, os números indicam que o sistema partidário examinado arrebatava porcentuais crescentes de apoio" (LAVAREDA, 2012, p. 149, 152 e 155).

Depreende-se desse quadro o impasse diante do qual se encontrava o PSD durante os últimos momentos do regime liberal-democrático que substituiu o Estado Novo, sendo um partido originado praticamente de dentro da máquina administrativa estatal estadonovista, transformado, em seguida, mediante o *modus operandi* situacionista e protetor de interesses elitistas locais, em um dos principais componentes do sistema político-partidário nacional, que encontrava-se em vias de consolidação – ainda que não sem turbulências, e por fim tendo atuado no sentido de inviabilizar esse mesmo sistema, terminando por ser também vitimado pelo novo regime, com o qual contribuiu desde os primeiros momentos, com cortesia e solicitude, mas certamente não sem oportunismo.

Desde a segunda metade da década de cinquenta, e na medida do agravamento da polarização crítica da vida política nacional, os pessedistas no Congresso realizaram movimentações particulares, e vieram a aderir às frentes parlamentares suprapartidárias que surgiram em resposta à crise, à esquerda e à direita, ou seja, respectivamente a Frente Parlamentar Nacionalista e a Ação Democrática Parlamentar. Em situação de declínio dos resultados eleitorais do partido, mencionado logo acima, tudo apontava justamente para uma descaracterização

do PSD e da fragmentação de sua influência enquanto agremiação que, apesar de plenamente nacionalizada, tinha sérios problemas de unidade e articulação em torno de um pensamento estratégico próprio. Pelo menos até os primeiros momentos posteriores ao golpe, em 1964, todos os cálculos programáticos dos pessedistas mais preocupados com a projeção do partido certamente dirigiam-se à campanha presidencial de seu principal quadro naquele momento, o ex-presidente JK, que representava talvez o único ponto forte de convergência entre todos, senão a maioria, de seus membros. Daí a fatalidade do golpe que sofreram com a cassação dos direitos políticos do líder, que se autoexilou na Europa e tentou, de lá, rearticular as forças pessedistas, que ainda obtiveram o último êxito nas eleições de outubro de 1965; o êxito, porém, revelou-se efêmero diante do autoritarismo militar e, na verdade, selou o epílogo do próprio sistema partidário do qual o PSD havia sido um vigoroso protagonista.

Após o AI-2, as definições do governo no sentido de estruturar um novo sistema partidário, conforme interpreta Lucia Grinberg, demonstravam justamente a intenção de inviabilizar um eventual ressurgimento do PSD, "o que aponta tanto para o valor de sua estrutura organizacional e para o empenho do governo em sua destruição, quanto para a conquista de parte desta organização como sua aliada" (GRINBERG, 2009, p. 64). Em Minas, essa conquista se deu sem grandes conflitos, e os representantes pessedistas das elites locais, que talvez mais do que em outros estados eram donos de "um capital político indispensável ao governo mesmo após o golpe" (GRINBERG, 2009, p. 64), puderam preservar seu domínio sobre o aparato público estatal, agora como integrantes da Arena[20] e, portanto, sustentadores "automáticos" do regime. Porém, no interior do novo partido, foram suplantados pelos udenistas de antes, que seguiram garantindo maioria na Assembleia de Minas e, assim sendo, elegeram indiretamente os governadores do Estado até 1982, com o retorno das eleições diretas, quando venceu Tancredo Neves.

20 Aliança Renovadora Nacional, o partido político de sustentação da ditadura.

No Parlamento mineiro, particularmente, apesar da eleição de Israel Pinheiro para o governo do Estado em 1965, o declínio do PSD pôde ser observado mais evidentemente, considerando-se o flagrante imobilismo de seus membros diante não apenas da extinção dos partidos, mas de todo o conteúdo do pacote autoritário imposto na forma do AI-2, em contraste com a reação de muitos pessedistas importantes nacionalmente.[21] Quando o governo Castelo Branco encaminhou a criação da Arena e do MDB, o governador Israel Pinheiro e todos os deputados pessedistas próximos a ele filiaram-se obedientemente ao partido do regime, e, para a 6ª Legislatura da Assembleia de Minas (1967-1971), dos 19 deputados eleitos pelo MDB, apenas dois provinham originalmente do PSD. O desfecho é um tanto infeliz, considerando-se que, ao analisar os últimos momentos do partido, Plínio Ramos observou que "o PSD, conforme era de seu hábito, não deu maiores demonstrações de descontentamento. Transigia sempre quando era necessário, o suficiente para poder sobreviver" (RAMOS, 1993, p. 215).

4 – Referências

BEIGUELMAN, Paula. **O pingo de azeite**: a instauração da ditadura. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. (Coleção khronos).

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ : Tempo Brasileiro, 1994.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 2, de 27 de out. 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31 de mar. 1964, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

21 "O deputado Amaral Peixoto [PSD-RJ] afirmou categoricamente que seu partido não queria mudar sua denominação, considerada 'um patrimônio formado ao longo de 20 anos de lutas pela democracia no Brasil'" (GRINBERG, 2009, p. 61).

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-31, nov. 1995.

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe, 1964-1969**: a história contada por jornais e jornalistas. Rio de Janeiro: Record, 2014.

DIÁRIO da Assembleia Belo Horizonte, v. 72, n. 67, 9 abr. 1964a.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 72, n. 64, 4 abr. 1964b.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 72, n. 71, 15 abr. 1964c.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 72, n. 74, 18 abr. 1964d.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 72, n. 75, 21 abr. 1964e.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 72, n. 80, 29 abr. 1964f.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 73, n. 194, 9 out. 1965a.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 73, n. 198, 14 out. 1965b.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 73, n. 201, 19 out. 1965c.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 73, n. 204, 22 out. 1965d.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 73, n. 205, 25 out. 1965e.

DIÁRIO da Assembleia, Belo Horizonte, v. 73, n. 211, 5 nov. 1965f.

DIÁRIO do Congresso Nacional, Capital Federal, v. 19, n. 3, 12 abr. 1964g.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. (Coleção humanitas).

DULLES, John W. F. **Castello Branco**: o presidente reformador. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. Tradução de Heitor A. Herrera.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cap. 3. p. 57-78.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas**: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

LONG, Norman; ROBERTS, Bryan. As estruturas agrárias da América Latina, 1930-1990. *In*: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina:** a América Latina após 1930: economia e sociedade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Cap. 6. p. 385-466. Tradução de Geraldo Gerson de Souza.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Cap. 4. p. 92-111.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cap. 6. p. 129-148.

O'DONNEL, Guillermo A. **Modernization and bureaucratic-authoritarianism**: studies in South American politics. 2. ed. Berkeley: University of California: Institute of International Studies, 1979.

OTONI, Pedro. Arranjos políticos e desenvolvimento dependente em Minas Gerais. *In*: OTONI, Pedro; REIS, Gilson (org.). **Desvendando Minas**: descaminhos do projeto neoliberal. Belo Horizonte: Cedebras: Fundação Maurício Grabois, 2013. Cap. 4. p. 91-138.

RAMOS, Plínio de Abreu. **O PSD mineiro**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993. (Coleção reconquista do Brasil. 2ª Série, v. 174).

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção retratos do Brasil, v. 40).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1990.

Recebido em 9/4/2021
Aprovado em 23/4/2021